



ESTADO DE GOIÁS
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A - CEASA - GO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 051/2026

Torna-se público que a **Centrais de Abastecimento de Goiás S/A (CEASA-GO)**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ/MF SOB O Nº 01.098.797/0001-74 com sede na Rodovia BR-153 KM5,5 Jardim Guanabara, Goiânia – GO, CEP: 74.675-090, através de sua Comissão Permanente de Licitação designada através da Portaria Nº 017/2026, de 03/03/2026, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do artigo 53, inciso II, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento de Goiás S/A (CEASA-GO), e o art. 29, II, da Lei nº 13.303/2016 e demais legislações aplicáveis.

Data final para envio das propostas e documentações: 16/09/2026.

Horário final para envio das propostas e documentações: 23h59.

As propostas deverão ser enviadas, exclusivamente, por meio eletrônico para o seguinte endereço de e-mail: licitacoes@ceasa.go.gov.br.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para **fornecimento de equipamentos, mobiliários, utensílios e acessórios destinados à reestruturação da cozinha localizada no prédio administrativo da CEASA-GO**, visando sua completa adequação para futura concessão de uso, compreendendo equipamentos de refrigeração, cocção, preparo de alimentos, equipamentos elétricos e eletroportáteis, climatização, exaustão, tratamento de água, mobiliário em aço inoxidável, utensílios para preparo e manipulação de alimentos, panelas e recipientes, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência. , conforme descritivos e quantitativos abaixo:

Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD
LOTE 01			
1	Geladeira Industrial vertical em aço inoxidável, com 04 (quatro) portas cegas, capacidade mínima de 1.044 litros, alimentação elétrica em 220 V e largura máxima de 1,20m.	Unidade	01
4	Forno Industrial a gás, confeccionado em aço inoxidável, com capacidade mínima de 132 litros.	Unidade	01

5	Fritadeira elétrica de mesa em aço inoxidável, capacidade mínima de 15 litros, equipada com 02 (dois) cestos e alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
8	Liquidificador comercial em aço inoxidável, capacidade mínima de 06 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
11	Extrator de sucos profissional em aço inoxidável, potência mínima de 0,5 CV, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
14	Climatizador industrial com reservatório de água de capacidade mínima de 100 litros, com possibilidade de funcionamento com ou sem utilização de água, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
15	Exaustores industriais de 40 cm de diâmetro, potência mínima de 1,5 CV, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	02
16	Purificador de água com capacidade mínima para fornecimento contínuo de água gelada, reservatório mínimo de 02 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
LOTE 02			
3	Fogão Industrial com 08 (oito) bocas duplas, estrutura em aço inoxidável e grelhas em ferro fundido.	Unidade	01
LOTE 03			
2	Freezer Vertical em aço inoxidável, com capacidade mínima de 330 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
LOTE 04			
6	Estufa aquecida em aço inoxidável, sistema banho-maria, equipada com 08 (oito) cubas com capacidade mínima de 3,5 litros cada, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
LOTE 05			
7	Fornecimento e instalação de Coifa Industrial em aço inoxidável, dimensionada para atendimento ao fogão industrial de 08 (oito) bocas.	Unidade	01
19	Mesa-pia em aço inoxidável, medindo 3,00 m x 0,70 m, equipada com 02 cubas de 0,70 m x 0,50 m cada, rodapiê de 10 cm e prateleira inferior.	Unidade	01
20	Bancada tipo ilha em aço inoxidável, medindo 3,00 m x 1,20 m, com prateleira inferior.	Unidade	01
21	Bancada em aço inoxidável, medindo 1,50 m x 0,70 m, com rodapiê de 10 cm e prateleira inferior.	Unidade	01
22	Bancada em aço inoxidável, medindo 3,50 m x 0,70 m, com rodapiê de 10 cm e prateleira inferior.	Unidade	01
23	Prateleiras em aço inoxidável, medindo 1,90 m x 0,50 m x 2,30 m, conforme detalhamento do projeto executivo.	Unidade	02
LOTE 06			
09	Liquidificador comercial em aço inoxidável, capacidade mínima de 04 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	02

LOTE 07			
10	Batedeira planetária com cuba em aço inoxidável, capacidade mínima de 05 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
LOTE 08			
12	Forno micro-ondas em aço inoxidável, capacidade mínima de 38 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
LOTE 09			
13	Chaleira elétrica em aço inoxidável, capacidade mínima de 2,5 litros, alimentação elétrica em 220V.	Unidade	01
LOTE 10			
17	Cadeiras altas em polipropileno de alta resistência.	Unidade	02
LOTE 11			
18	Torneiras industriais em aço inoxidável, com bica móvel e mangueira flexível para cozinha industrial	Unidade	02
LOTE 12			
24	Tábuas de corte profissionais em polietileno, dimensões mínimas de 60 cm x 40 cm x 1,5 cm.	Unidade	02
25	Escorredor de macarrão em aço inoxidável, capacidade mínima de 09 litros.	Unidade	01
26	Facas profissionais em aço inoxidável para cozinha industrial.	Unidade	04
27	Colheres de servir em aço inoxidável.	Unidade	10
28	Conchas grandes em aço inoxidável.	Unidade	03
29	Escumadeiras grandes em aço inoxidável.	Unidade	02
30	Colheres grandes em aço inoxidável.	Unidade	03
31	Bacias em aço inoxidável com capacidade de 10 litros	Unidade	03
32	Bacias em aço inoxidável com capacidade de 05 litros.	Unidade	03
33	Panela de pressão com capacidade de 10 litros.	Unidade	01
34	Panela de pressão com capacidade de 05 litros.	Unidade	01
35	Panelas tipo caldeirão com capacidade de 25 litros.	Unidade	02
36	Panelas industriais com capacidade de 10 litros.	Unidade	03
37	Panelas industriais com capacidade de 25 litros.	Unidade	02
38	Formas assadeiras em aço inoxidável, com dimensões aproximadas de 36 cm x 57 cm x 06 cm.	Unidade	04

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. O custo estimado total da contratação é sigiloso, nos termos do artigo 7º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento de Goiás S/A (CEASA-GO).

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2.1. A participação na presente dispensa de licitação será, exclusivamente, por meio eletrônico devendo ser enviada a proposta para o seguinte endereço de e-mail: licitacoes@ceasa.go.gov.br, até o dia e horário disposto no preâmbulo do presente documento.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores/prestadores de serviço:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.2.3.4. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.5. aplica-se o disposto no item 2.4.6. também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão Nº 746/2014-TCU-Plenário); e sociedades cooperativas.

3. DOS REQUISITOS DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1. O fornecedor/prestador de serviço deverá apresentar proposta de preço e documentação para habilitação, para o e-mail licitacoes@ceasa.go.gov.br, mediante as seguintes orientações:

3.2. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.5. Os preços ofertados na proposta serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor/prestador de serviço, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Uma vez enviada a proposta os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.10. Juntamente com a proposta de preço, deverá o fornecedor/prestador de serviço declarar:

3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no procedimento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

3.10.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o artigo 93 da Lei Nº 8.213/1991.

3.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. DOS DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

4.1. Serão exigidos para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.3. Microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de

Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

4.1.4. Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

4.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

4.2. Serão exigidos para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos

cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

5.1. A partir das 10h do dia 17/09/2026, será procedida a análise das propostas recebidas.

5.2. Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.4. Estando o preço compatível, será analisada a documentação para fins de habilitação.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. contiver vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor

requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.11.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

5.11.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

5.11.3. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.11.4. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br>).

5.12. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.13. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a comissão de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.14. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.15. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

5.16. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.17. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a análise será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.20. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.21. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.*

6.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3.1. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

6.3.1.1. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

6.4. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 63, do Regulamento interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento de Goiás S/A (CEASA-GO).

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das condutas vedadas pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA-GO, bem como as infrações previstas nos artigos 83 e 88 da Lei Nº 13.303/2016, entre outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

7.2. São exemplos de infrações administrativas passíveis de sanção:

7.2.1. Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;

7.2.2. Executar o contrato em desacordo com as cláusulas avençadas;

7.2.3. Retardar a execução ou entrega do objeto sem justificativa;

7.2.4. Não manter a proposta apresentada;

7.2.5. Apresentar documentação falsa ou declaração inidônea no processo licitatório ou na execução contratual;

7.2.6. Fraudar a execução do contrato ou praticar atos fraudulentos na licitação;

7.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.2.8. Praticar atos que frustrem os objetivos da contratação ou atentem contra a Administração Pública, conforme definido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

7.3. O fornecedor que incorrer nas infrações acima mencionadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, às sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016, bem como no Regulamento Interno da CEASA-GO, quais sejam:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no contrato ou instrumento convocatório;

III – impedimento de licitar e contratar com a CEASA-GO pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção.

7.4. A aplicação das penalidades observará o devido processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no art. 83, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

7.5. Havendo indícios de prática de ato lesivo à Administração Pública, previsto no artigo 5º da Lei Nº 12.846/2013, será instaurado o correspondente Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), conforme procedimentos previstos na referida lei e regulamentações pertinentes, sem prejuízo do envio de cópia à autoridade competente.

7.6. O processamento do PAR não prejudica a tramitação dos processos administrativos específicos para apuração de outras infrações contratuais, bem como para a reparação de danos eventualmente causados à CEASA-GO.

7.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação, incluindo as condições e valores de eventuais multas, estão previstas nos anexos específicos deste Aviso ou instrumento convocatório, e integrarão o respectivo contrato administrativo.

7.8. A aplicação de sanções será sempre motivada e proporcional à gravidade da infração, aos prejuízos causados e às circunstâncias do caso concreto, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada neste mesmo processo.

8.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da

documentação de habilitação, conforme o caso.

8.2. As providências dos subitens 8.1.1. e 8.1.2. acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de nenhum fornecedor interessado (procedimento deserto).

8.3. Para fins de julgamento e seleção da proposta mais vantajosa, os orçamentos obtidos durante a fase de pesquisa de preços e previamente juntados aos autos serão considerados como propostas válidas no presente procedimento, concorrendo com as demais propostas eventualmente apresentadas em decorrência deste Aviso de Dispensa de Licitação, desde que mantidas as condições ofertadas e observado o respectivo prazo de validade.

8.3.1. A seleção observará o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, mediante comparação entre todas as propostas consideradas válidas, inclusive aquelas provenientes da pesquisa de preços, sem prejuízo da verificação do atendimento às especificações do objeto e dos requisitos de habilitação exigidos.

8.3.2. Caso necessário, a Administração poderá solicitar ao fornecedor que apresentou orçamento na fase de pesquisa de preços a confirmação da manutenção da proposta, de sua validade e das condições originalmente ofertadas, antes da formalização da contratação.

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a análise será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF.

8.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.11. Da análise será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

8.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1) ANEXO I - Termo de Referência (94784934).

ISADORA COELHO DE CARVALHO
Presidente da Comissão Licitação

ANA CLÁUDIA MENDES FONSECA
Membro da CPL

WILSON JAIRO BORELLI FILHO
Membro da CPL

JOSUÉ LOPES SIQUEIRA
Membro da CPL

GOIA

GOIANIA, aos 10 dias do mês de setembro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **ISADORA COELHO CARVALHO, Pregoeiro (a)**, em 10/09/2026, às 15:55, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLAUDIA MENDES FONSECA, Membro de Comissão**, em 10/09/2026, às 15:57, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOSUE LOPES SIQUEIRA, Membro de Comissão**, em 10/09/2026, às 16:01, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WILSON JAIRO BORELLI FILHO, Membro de Comissão**, em 10/09/2026, às 16:03, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **95571864** e o código CRC **494496DF**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E EQUIPE DE APOIO TÉCNICO
RODOVIA BR 153 S/Nº, KM 55 - Bairro JARDIM GUANABARA - GOIANIA - GO - CEP
74675-090 - (62)3522-9283.



Referência: Processo nº 202600057001079



SEI 95571864